

CURRICULUM VITAE

Carlos Afonso Rodrigues Gomes

CPF: 416.406.086-72

Matrícula SIAPE: 1378060

e-mail: carlos.gomes@antaq.gov.br

Cargo efetivo: Procurador Federal (PGF/AGU)

Cargo atual

Ouvidor da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIOS (ANTAQ)

FORMAÇÃO ACADÊMICA

DIREITO - Bacharelado em dezembro/2002 – UNICEUB –Brasília (DF).

Pós-graduação em Direito Processual Civil, pela UNISUL, em 2006.

ARTIGOS PUBLICADOS

- 1) Portos Públicos: descentralização mediante concessão, no regime jurídico estabelecido pela Lei nº 10.233/2001 – Revista de Direito Público da Economia – RDPE, Ano 9, nº 34, abril/junho/2011.
- 2) Novo modelo de concessão portuária: inteligência do art. 34, da Lei nº 10.233/2001, Revista de Direito Público da Economia –RDPE, Ano 9, nº 36, out-dez/2011
- 3) Da natureza jurídica da operação portuária no âmbito dos terminais portuários de uso privativo. Boletim Conteúdo Jurídico nº 223, Ano IV, 2012 (www.conteudojuridico.com.br)
- 4) Do juízo arbitral e a Administração Pública. Boletim Conteúdo Jurídico nº 225, Ano IV, 2012. (www.conteudojuridico.com.br)
- 5) Das alterações objetivas e subjetivas do contrato de arrendamento portuário. Boletim Conteúdo Jurídico nº 225, Ano IV, 2012. (www.conteudojuridico.com.br)
- 6) Terceirização: Da responsabilidade subsidiária do Poder Público. Boletim Conteúdo Jurídico nº 225, Ano IV, 2012. (www.conteudojuridico.com.br)
- 7) Dos terminais de uso privado, na disciplina da Medida Provisória nº 595/2012. Boletim Conteúdo Jurídico nº 226, Ano IV, 2012. (www.conteudojuridico.com.br)
- 8) Das licitações de instalações portuárias públicas, pós Medida Provisória nº 595/2012. Boletim Conteúdo Jurídico n. 235, de 2013 (ano V) ISSN – 1984-0454. (www.conteudojuridico.com.br)
- 9) Da adequação do contrato de uso temporário ao regime jurídico dos portos públicos. Boletim Conteúdo Jurídico, 2013 (ano V) ISSN -1984-0454. (www.conteudojuridico.com.br)

- 10) Medida Provisória 595/2012: Da não obrigatoriedade do trabalhador portuário avulso nos terminais de uso privado. Boletim Conteúdo Jurídico n. 233, de 2013 (ano V) ISSN- 1984-0454. (www.conteudojuridico.com.br)
- 11) Do incabimento do recurso hierárquico impróprio das decisões das agências reguladoras. Boletim Conteúdo Jurídico n. 232, de 2013 (ano V) ISSN – 1984-0454(www.conteudojuridico.com.br)
- 12) Da Medida Provisória nº 595/2012 e sua repercussão na vigência dos contratos celebrados antes da Lei nº 8.630/93. Boletim Conteúdo Jurídico. 2013 (ano V). (www.conteudojuridico.com.br)

CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA

Conhecimentos básicos em Windows, Word, Excel, Power Point, Access, ferramentas da Internet e Outlook.

RESUMO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

De maio/2003 a outubro /2014

Procuradoria-Geral Federal/Advocacia-Geral da União

Procurador Federal na Agência Nacional de Transportes Aquaviários -ANTAQ

Principais atribuições:

- De maio/2003 a outubro/2006, atuação na Consultoria, na área de matéria finalística da Agência Reguladora; atuação no Contencioso, mediante a representação judicial da Agência Reguladora nas varas federais e Tribunais Regionais.
- De julho de 2007 a dezembro de 2010, atuação na Gerência de Procedimentos Regulatórios da *Procuradoria Federal Especializada da Agência Nacional de Telecomunicações em Brasília/DF*;
- De dezembro de 2010/abril de 2013: atuação no Departamento de Consultoria e Assessoramento da *Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários em Brasília/DF*.
- De 04/2013 a 10/2014: Chefe do Núcleo de Consultoria e Assessoramento da Procuradoria Federal junto à ANTAQ.

De Dez/1981 a abril/2003

Banco do Brasil S.A. - Carreira Administrativa

Principais atribuições: Desempenhou as mais diversas atribuições, desde caixa executivo, supervisor de área, Gerente de Expediente, Geral-Geral de Agência, em Rio Pardo de Minas (MG), Capinópolis (MG), Analista Pleno da Unidade de Governo da Direção Geral, Brasília(DF).